

Dívida: vamos gastar

Deve ser uma despesa extra de US\$ 2 bilhões, o que tornará o pagamento

Os cálculos do governo sobre o balanço de pagamentos deste ano deverão ser rapidamente superados pelo aumento das taxas de juros no mercado internacional: só de juros, o País poderá desembolsar pelo menos US\$ 13 bilhões (uma quantia quase 50% maior que o superávit comercial previsto de US\$ 9 bilhões) e não os US\$ 11 bilhões estimados pelas autoridades, sob a supervisão do Fundo Monetário Internacional.

Apesar dos juros altos e do protecionismo dos países ricos, o ministro da Fazenda, Ernesto Galvés, promete reafirmar aos banqueiros que se reunirão em Davos, Suíça, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, a disposição do atual governo de continuar pagando o serviço da dívida, de qualquer maneira.

Trata-se de uma promessa a ser recebida com reservas, porque os próprios banqueiros parecem admitir o completo malogro da política econômica do ministro Delfim Neto. Tanto é assim que vários deles se recusam a participar do jumbo de US\$ 6,5 bilhões, cujo fechamento vem sofrendo sucessivos adiamentos desde novembro. Além disso, eles lembram, o general João Figueiredo só tem pouco mais de um ano de governo, a sucessão permanece indefinida e a dívida é considerada problema para vários anos.

Os juros nos EUA

Os cálculos oficiais previam uma taxa de juros nos Estados Unidos em torno de 10% neste primeiro semestre, e de 9% no segundo, sobre a parcela variável da dívida externa. Com isso, o pagamento de juros este ano ficaria em torno de US\$ 11 bilhões.

Ocorre que a taxa se situa hoje em 10,5% e os principais operadores do mercado financeiro internacional não têm dúvida de que sofrerão elevação, por causa do enorme déficit norte-americano. Isso significa que o Brasil pagará, pelo menos, US\$ 13 bilhões em juros durante 1984, o que implica duas coisas: ou a necessidade de obter um superávit comercial maior, ou retorno ao mercado financeiro, na tentativa de novo jumbo, mais para o final do ano, para assegurar o fechamento das contas. Parece evidente, também, que a meta oficial de um déficit em transações correntes de US\$ 6 bilhões, contra os US\$ 7,7 bilhões previstos para 1983, não se materializará.

Mais de 80% da dívida externa brasileira estão sujeitos a taxas flutuantes; isto significa que uma alteração da taxa em um ponto percentual implica uma alteração de pagamento de juros em mais de US\$ 800 milhões. As projeções oficiais são de que a dívida externa chegará em dezembro em US\$ 100,8 bilhões, dos quais Cr\$ 92,8 bilhões de médio e longo prazo, e o restante de dívida não-registrada (curto prazo). Se as taxas subirem, este cálculo também terá de ser revisado.

Segundo o ministro da Fazenda, os juros nos Estados Unidos só começam a declinar

O jumbo, quase fechado?

Banqueiros internacionais afirmaram ontem que já está assegurada a quase totalidade do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões para o Brasil, faltando apenas uma soma "relativamente minúscula", de US\$ 90 milhões. Uma comissão representando bancos que assessoraram o Brasil para o pagamento da dívida externa enviou esta semana telex a mais de 600 bancos credores do País,

em 1985, "dependendo da administração da política econômica norte-americana".

A necessidade da queda dos juros no mercado internacional e a eliminação das barreiras protecionistas impostas pelas nações industrializadas às exportações dos países pobres são os principais temas do discurso que o ministro da Fazenda fará no simpósio econômico em Davos.

Galvés dirá que "não resta senão admitir que o peso da dívida externa é basicamente representado pela elevação das taxas de juros". E os juros permanecerão elevados, "enquanto os Estados Unidos continuarem financiando seu déficit vendendo papéis no mercado com taxas altas".

Mas, com protecionismo ou sem ele, o atual governo pretende pagar a dívida externa, por meio de aumento nas exportações. "Se as nações industrializadas cumprissem aquilo que decidiram na reunião de Williamsburg, no ano passado, estaríamos com as avenidas do comércio internacional abertas, e o problema da dívida dos países em desenvolvimento iria reduzir-se substancialmente.

O jumbo

O ministro Delfim Neto, que ontem à noite viajou para os Estados Unidos, deverá manter, hoje, em Nova York, um contato com o presidente do comitê assessor de bancos, William Rhodes, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, para uma análise da evolução das adesões ao jumbo e a fixação de uma data para a assinatura dos contratos, o que deverá ocorrer entre os dias 25 e 27.

Delfim permanecerá o fim de semana em Nova York, onde terá reuniões informais com alguns dos principais banqueiros norteamericanos, e na noite de domingo seguirá para Washington onde, na segunda-feira, cumprirá um programa de entrevistas com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ortiz Mena, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière e, provavelmente, o secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan.

As adesões ao jumbo prosseguem com muita lentidão, na base de US\$ 10 milhões ao final de cada dia de muitos telefonemas e apelos aos bancos renitentes. Para completar os US\$ 6,5 bilhões ainda restam cerca de US\$ 40 milhões.

Além dos pequenos e médios bancos norte-americanos, a grande dificuldade está na indecisão dos bancos árabes, que asseguraram ao ministro do Planejamento, Delfim Neto, no mês passado, sua adesão ao jumbo, mas deixaram de formalizá-la junto ao comitê assessor, que continua esperando pelos bancos da Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait e Abu-Dhabi, países visitados por Delfim em seu giro pelo Oriente Médio.

informando-os que já está confirmado o empréstimo de US\$ 6,410 bilhões. Uma fonte dessa comissão afirmou que as perspectivas de que se consiga o restante para fechar o empréstimo até a próxima semana são "boas". A mesma opinião tem o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que já está em Nova York, negociando com os banqueiros.

deste ano quase 50% maior que o lucro que teremos com nossas exportações.

ainda mais com juros.